



Número: **0839277-51.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/08/2016**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS (AUTOR)		DOMINGOS SAVIO BREGALDA GUSSEN (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4684870	11/08/2016 11:09	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4684878	11/08/2016 11:09	<a href="#">INICIAL</a>	Memorial
4684879	11/08/2016 11:09	<a href="#">PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO</a>	Procuração
4684880	11/08/2016 11:09	<a href="#">DECLARAÇÃO</a>	Documento de Identificação
4684883	11/08/2016 11:09	<a href="#">DOCS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
4684886	11/08/2016 11:09	<a href="#">DOCS DIVERSOS</a>	Outros Documentos
5680998	15/11/2016 10:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
6881063	08/03/2017 16:25	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
7362393	11/04/2017 10:57	<a href="#">Petição</a>	Petição
7362438	11/04/2017 10:57	<a href="#">FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS</a>	Documento de Comprovação
9373179	24/08/2017 21:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19794215	14/03/2019 15:33	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
19794225	14/03/2019 15:33	<a href="#">Nom.-perito(LUCIANO)</a>	Outros Documentos
20400341	08/04/2019 18:55	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
20429946	09/04/2019 16:54	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

ARQUIVO EM PDF



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOAO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA –PB.**

**FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS** brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identificação RG/SSP/RN-001.415.647 e com inscrição no CPF/MF-009.699.574-24, filiação: Patrocínio Martins dos Santos e Francisca Lopes, residente e domiciliado no Sítio Boi Morto s/nº., Área Rural de Aparecida - PB, CEP 58.923-000, vem por meio de seu advogado, infra-assinado, com fulcro no artigo 318 do novo CPC, propor

**ACÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM DE  
COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DE DANOS PESSOAIS DPVAT**

em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Bernardo de Albuquerque nº. 62 sala 105, Tambiá, João Pessoa - PB. CEP 58.020-565, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

**DAS PRELIMINARES**

**I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, a parte autora solicita a V.Exª se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma dos artigos 98 e seguintes do novo CPC, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*



---

## **DOS FATOS**

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11 de abril de 2015, O QUE LHE CAUSOU POLITRAUMATISMOS, LESÕES E ESCOIRAÇÕES EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se, que não consta pagamento administrativo do sinistro 3150/762057, pela seguradora, motivo pelo qual solicita a parte autora, V.Exa., designe e nomeie perito médico a ser indicado por este douto Juízo, a fim de que o Ilustre Expert, possa aquilatar as lesões bem como sua extensão de que padece a parte autora em razão do acidente em que foi vítima .

Como é sabido a Lei 11.945/09, estabeleceu tabela para quantificação das lesões de cada membro atingido. Na hipótese, a parte autora sofreu politraumatismos, lesão permanente em membro inferior, fazendo jus, portanto, à totalidade do valor previsto na mencionada tabela, não se opondo seja abatido qualquer valor que a seguradora comprove ter já pago.

## **DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO**

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra a seguradora ré jamais concilia, o que torna inócua a designação de audiência para esta finalidade. Desta forma, nos termos do parágrafo 5º do artigo 334 do novo CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

## **DO PEDIDO**

Face ao exposto, a parte autora requer o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, bem como a seja a prestação Jurisdicional entregue da seguinte forma:

- a) **determine a citação da seguradora-ré, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, bem como na forma do artigo 334, do Par.4, II e Par.5º do NCPC, a parte autora, declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação, e que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais, seja marcada a perícia médica, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;**

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*



**b) seja a ré CONDENADA ao a pagar o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso.**

**c) seja a ré, ainda, CONDENADA ao pagamento das custas processuais e juros, onde couber, bem como em honorários advocatícios em valor não inferior a 20% sobre o valor da condenação.**

### **DAS PROVAS**

Requer a parte autora como provas, todas as em direito admitidas, em especial, prova pericial médica e documental superveniente, se necessário for.

### **DO VALOR DA CAUSA**

**Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).**

### **DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES**

Por fim, em cumprimento ao art. 287 do novo CPC, o autor informa que receberá todas as intimações referentes a este processo no endereço constante no rodapé, **e-mail:saviobregalda@gmail.com**, requer ainda, que todas as publicações sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado Dr. Domingos Sávio Bregalda Gussen, OAB/RJ 127.405, sob pena de nulidade, esperando deferimento.

Pede Deferimento.  
Salvador, 04 de julho de 2016.

Domingos Sávio Bregalda Gussen  
OAB/RJ 127.405

*Rua Miguel Couto 251, Edifício Vina Del Mar, 7º. Andar, Sala 705, Centro, J. Pessoa – PB.*



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**Outorgante(s):**

Francisco Martires dos Santos  
\_\_\_\_\_  
brasileiro(a),  
estado civil: Casado, profissão: Particular,  
documento de identificação: SSP-RN 001.415.643,  
CPF: 009.699.534-24, Endereço: Sítio São  
Rocio s/nº Área Rural,  
Cidade: Aparecida, Estado PB,  
CEP: 58.903-000

**Outorgado (s):**

**JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA**, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 57069 com escritório profissional na Avenida Miguel Couto 251, sala 605, Centro, CEP: 58.010-770, João Pessoa - PB.

**Poderes:**

Os da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive com os especiais poderes para patrocinar, defender, em todos os seus termos, atos e incidentes, os direitos e interesses do (a) outorgante, em qualquer processo, ação ou medida em que o mesmo seja parte autora, ré, oponente ou assistente. Conferindo para tanto, o poder geral para o foro, conforme dispõe o artigo 28 do CPC, podendo ainda requerer, alegar, assinar, quando mister, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito que se funda a ação, receber e dar quitação em juízo ou fora dele, firmar compromisso, levantar importância em juízo ou fora dele, endossar cheques, recorrer de despachos e sentença, arrolar e inquirir testemunhas, juntar documentos, apelar para instâncias superiores, fazer acordos, enfim, praticar todos os demais atos necessários e em direito admissíveis, inclusive o de substabelecer, **especialmente para atuar em AÇÃO DE COBRANÇA em virtude do acidente de trânsito experimentado pelo (a) outorgante e em razão das lesões por ele (a) sofridas.**

\_\_\_\_\_, 20 de Abril de 2016

Francisco Martires dos Santos  
\_\_\_\_\_  
**OUTORGANTE**



## SUBSTABELECIMENTO

**EU, DR. JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 57.069, com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257 sala 1.806, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20.040-009, substabeleço sem reservas os poderes a mim conferidos por,**

FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS,  
ao advogado **DR. DOMINGOS SÁVIO BREGALDA GUSSEN OAB/RJ 127.405** com escritório estabelecido na Avenida Rio Branco nº. 257, sala 1.806, Centro – Rio de Janeiro – RJ, **para que o substabelecimento produza seus devidos e legais efeitos.**

João Pessoa, 20 de Abril de 2016.

  
**Jose Orisvaldo Brito da Silva**  
**OAB/RJ 57.069**



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Francisco Martins dos Santos

brasileiro(a), estado  
civil: casado, profissão: agricultor,  
documento de identificação: SSP/RN 001.415.647,  
CPF: 009.699.574-24, Endereço: Sítio  
Boi Preto s/nº Área Rural,  
Cidade: Aparecida, Estado RS,  
CEP: 57.923-000

**DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de prova junto ao Juízo Cível, e a quem por competente distribuição couber o julgamento da lide, **que não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, estando nas exatas condições da Lei nº 1.060/50**, carecendo, pois, dos auspícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA** em **AÇÃO DE COBRANÇA** a ser proposta contra quem de direito, em razão de acidente de trânsito sofrido pelo(a) declarante.

Não serão cobrados honorários advocatícios nesta oportunidade, ressalvando-se o direito em caso de mudança na situação econômica do declarante.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade acerca da declaração prestada.

\_\_\_\_\_, 20 de ABRIL de 2016

Francisco Martins dos Santos

**DECLARANTE**







Num. 4684883 - Pág. 2



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MARIZÓPOLIS/PB

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL - Nº 022/2015

NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências nº 04, nele encontrei Registro de Ocorrência Policial, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos seis (06) dias do mês de maio (25) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Marizópolis/PB, na Delegacia de Polícia Civil, presente a autoridade policial Delegado de Polícia Civil Dr. Francisco Cláudio Bezerra, comigo, escrivão de seu cargo no final assinado e declarado, compareceu: FRANCISCO MARTINE DE SOUSA, brasileiro, casado, agricultor, natural de São Fernando/RN, com 52 anos de idade, RG (carteira de identidade) nº 001.415.647 SSP/RN, CPF (cadastro de pessoas físicas) nº 009.699.574-24, filho de Patrodínio Martins dos Santos e de Francisca Lopes, residente no sítio Boi Morto, nº, Bairro: Área Rural, Cidade: Aparecida/ PB. Declara: Que no dia 11 de abril de 2015, por volta das 17h00, conduzia uma motocicleta Honda/C 100 Hs ES, ano/mod. 2000/2000, cor verde, placa MOG 6049/PB, chassi 9C2HA0710YR257545, licenciada em nome de Claudineia dos Santos Sousa, pela rodovia estadual que dar acesso a cidade de São Francisco, levando como passageira a sua esposa MARIA DE FÁTIMA PEREIRA ALEXANDRE, portadora do CPF 031.908.674-10, quando um veículo de marca e condutor não identificado, colidiu na traseira da moto, jogando o declarante e sua esposa fora da pista de rolamento. Afirma que devido a queda o declarante teve escoriações em MIE e sua esposa teve dor na região lombar, sendo socorrido pelo Samu conduzindo-os para o Hospital Regional de Sousa, onde receberam cuidados médicos. Nada mais a declarar, ciente das imputações contidas no artigo 299, do CPB, de não ter lido e achado conforme, assina a certidão. O referido é verdade. Dou fé Marizópolis/PB, 06 de maio de 2015.

DECLARANTE: Francisco Cláudio Bezerra





Secretaria Municipal de Saúde  
**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192**

Sousa, 24 Abril de 2015.

Ao Sr.(a)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 23 de Abril de 2015 passa a informar o que seque:

**Nº da ocorrência: 0038**

**Vítima: Francisco Martins dos Santos**

**Sexo: Masculino**

**Data: 11/04/15**

**Local da Ocorrência: \*\*\***

**Médico Intervencionista: Dr Chico de Clota**

**Viatura: USB02**

**Condutor: Jose Filho**

**Téc. Enfermagem: Bruno**

**Enfermeiro: Jose Lins**

**Natureza da Ocorrência:** USB02 acionada para atendimento a vítima colisão carro x moto . No local vítima sentada, consciente, orientado , Glasgow 15 , apresentando escoriações em MIE , sem sinais de fraturas . Imobilizado em prancha rígida e membros, colar cervical mais AVP com SRL e encaminhado a HRS, sob- regulação medica para avaliação.

Renata Soares Virgínia  
Coordenadora Administrativa

**Renata Soares Virgínia**  
Diretora Administrativa





10/11/2015

Acompanhe o processo de indenização - Seguro DPVAT - O seguro do trânsito

## **SINISTRO 3150762057 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Investprev Seguradora S/A

**BENEFICIÁRIO** FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

**CPF/CNPJ:** 00969957424

**Posição em 10-11-2015 10:06:25**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

http://html5charset=utf-8,%3Cn4%2Ustyle%3D%22margin%3A0px%22%3E





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**12ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0839277-51.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

*Vistos, etc.*

1. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, juntar aos autos:

a) Os documentos apresentados nosID'sde nº 4684883 (pág. 2) e 4684886 (pág. 3), vez que ilegíveis, atentando-se para que estejam nítidos após o processo de digitalização.

Intimações necessárias ao cumprimento integral do mandamento supra. Cumpra-se.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**12ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0839277-51.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

*Vistos, etc.*

1. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, juntar aos autos:

a) Os documentos apresentados nosID'sde nº 4684883 (pág. 2) e 4684886 (pág. 3), vez que ilegíveis, atentando-se para que estejam nítidos após o processo de digitalização.

Intimações necessárias ao cumprimento integral do mandamento supra. Cumpra-se.





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA DO ESTADO DA PARAÍBA - PB.**

**Numeração única: 0839277-51.2016.8.15.2001**

**FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da ação que move em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, vem, por seu advogado ao final assinado, em atendimento ao r. despacho de ID., requerer a juntada dos documentos em anexo a fim de dar o regular prosseguimento ao feito.

Pede deferimento.

Paraíba, 11 de Abril de 2017.

**Domingos Sávio Bregalda Gussen**

**OAB/RJ 127.405**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Francisco Martins dos Santos*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 001.415.647 DATA DE EMISSÃO 24/04/2012  
SERIAL  
NOME FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

RELACÃO PATROCÍNIO MARTINS DOS SANTOS  
FRANCISCA LOPES

NATURALIDADE SÃO FERNANDO RN DATA DE NASCIMENTO 27/04/1963

DOC. ORIGEM CERT. DE CASAMENTO L-86 F-141 RG-1284  
JUCURUTU RN-CARTÓRIO ÚNICO

CPF 009.699.574-24  
2a. VIA

ASSINATURA DO TITULAR  
LEI Nº 7.416 DE 20.06.1966  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO  
ITEP-RN

MINISTÉRIO DA RECEITA  
Receita Federal  
CPF  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
009.699.574-24

Nome  
FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

Nascimento  
27/04/1963



**ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA**  
 BR 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-890  
 CNPJ 06.095.183/0001-40 Ins. Est. 18.015-823-03  
 Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica NT001 165 969  
 Código para Débito Automático: 90013468679

Num. 7362438 - Pág. 2



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MARIZÓPOLIS/PB

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL - Nº 022/2015

NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoas interessadas que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências nº 04, nele encontrei Registro de Ocorrência Policial, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos seis (06) dias do mês de maio (25) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Marizópolis/PB, na Delegacia de Polícia Civil, presente a autoridade policial Delegado de Polícia Civil Dr. Francisco Cláudio Bezerra, comigo, escrivão de seu cargo no final assinado e declarado compareceu: **FRANCISCO MARTINS DE SOUSA**, brasileiro, casado, agricultor, natural de São Fernando/RN, com 52 anos de idade, RG (carteira de identidade) nº 001.415.647 SSP/RN, CPF (cadastro de pessoas físicas) nº 009.699.574-24, filho de Patrocínio Martins dos Santos e de Francisca Lopes, residente no sítio Boi Morto, nº, Bairro: Área Rural, Cidade: Aparecida/ PB. Declara: Que no dia 11 de abril de 2015, por volta das 17h00, conduzia uma motocicleta Honda/C 100 Biz ES, ano/mod. 2000/2000, cor verde, placa MCG 6049/PB, chassi 9CZHA0710YR257545, licenciada em nome de Claudineia dos Santos Sousa, pela rodovia estadual que dar acesso a cidade de São Francisco, levando como passageira a sua esposa **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA ALEXANDRE**, portadora do CPF 031.908.674-70, quando um veículo de marca e condutor não identificado, colidiu na traseira da moto, jogando o declarante e sua esposa fora da pista de rolamento. Afirma que devido a queda o declarante teve escoriações em MIE e sua esposa teve dor na região lombar, sendo socorrido pelo Samu conduzindo-os para o Hospital Regional de Sousa, onde receberam cuidados médicos. Nada mais a declarar, ciente das imputações contidas no artigo 299, do CPB, depois de lido e achado conforme, espesso a certidão. O referido é verdade. Dou fé Marizópolis/PB, 06 de maio de 2015.

DECLARANTE Francisco Martins de Sousa





Secretaria Municipal de Saúde  
**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192**

Sousa, 24 Abril de 2015.

Ao Sr.(a)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 23 de Abril de 2015 passa a informar o que seque:

**Nº da ocorrência: 0038**

**Vitima: Francisco Martins dos Santos**

**Sexo: Masculino**

**Data: 11/04/15**

**Local da Ocorrência: \*\*\***

**Médico Intervencionista: Dr Chico de Clota**

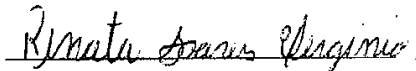
**Viatura: USB02**

**Condutor: Jose Filho**

**Téc. Enfermagem: Bruno**

**Enfermeiro: Jose Lins**

**Natureza da Ocorrência:** USB02 acionada para atendimento a vitima colisão carro x moto . No local vitima sentada, consciente, orientado , Glasgow 15 , apresentando escoriações em MIE , sem sinais de fraturas . Imobilizado em prancha rígida e membros, colar cervical mais AVP com SRL e encaminhado a HRS, sob- regulação medica para avaliação.

  
Renata Soares Virgínia

Coordenadora Administrativa

**Renata Soares Virgínia**  
Diretora Administrativa





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**12ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0839277-51.2016.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual.

Designa-se a escrivania audiência de conciliação, a realizar-se na sala de audiências da 12ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa.

Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º do CPC/2015. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência *só não será realizada se* ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.



Atente-se, a Escrivania, para a necessidade de *intimação pessoal do periciando*(por mandado) vez que se trata de ato personalíssimo que exige o comparecimento da própria parte para a realização do exame, sob pena de ser dispensada a referida prova, não bastando a intimação do advogado através de nota de expediente. Neste sentido o STJ:

*DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PERÍCIA MÉDICA. EXAME PESSOAL DA PARTE. ATO PERSONALÍSSIMO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ADVOGADO. INVALIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp 1471881, Superior Tribunal de Justiça, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 25/05/2016, DJe 31/05/2016) GN*

Para tanto, nomeio o médico Dr. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA para atuar como perito nos presentes autos. Intime-se.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao BACENJUD.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além da citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos [pauloleite@seguradoralider.com.br](mailto:pauloleite@seguradoralider.com.br) . [philipe.rocha@seguradoralider.com.br](mailto:philipe.rocha@seguradoralider.com.br) telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

P.I. Cumpra-se com urgência.





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
12ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0839277-51.2016.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[SEGURO]

AUTOR: FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS  
RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.(NOMEAÇÃO DE PERITO)

12ª Vara Cível da Capital-Pb, 14 de março de 2019.

**EDILENE RITA DE SOUSA DINIZ**

Chefe de Cartório








**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
12.<sup>a</sup> VARA CÍVEL**

**CERTIDÃO**

Certifico que em despacho anterior foi determinado por este Juízo a designação de perícia médica na parte autora, com a nomeação de perito. Ocorre que, por diversas vezes esta escrivania tentou, por telefone, entrar em contato com o perito designado, no entanto, não obteve êxito, seja por não conseguir falar com o perito, seja por este ter informado não ter mais interesse em realizar a perícia. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 12/03/2019.

  
Téc. Judiciária  
mat.473.041-1

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Considerando o teor da certidão retro, nomeio o médico **Dr. LUCIANO JOSÉ LIRA MENDES**, fone: (83) 99984-8151, perito Judicial para atuar nos presentes autos.

Ato contínuo, cumpra-se nos termos do despacho anterior.

P.I.

João Pessoa, 12/03/2019.

  
Manuel Maria Antunes de Melo  
Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
12ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0839277-51.2016.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**A s s u n t o :** [ S E G U R O ]  
**Polo ativo:** AUTOR: FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS  
**Polo passivo:** RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

### **CERTIDÃO**

Certifico que restou designado o dia 08/05/2019, às 14:20 horas, na sala de audiências deste Juízo de Direito, para realização de perícia médica a ser realizada pelo Dr. Luciano José Lira Mendes, bem como audiência de tentativa de conciliação entre as partes, nos moldes do artigo 334, do NCPC. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 8 de abril de 2019  
CARLOS HARLEY DE FREITAS TEIXEIRA



## ATO ORDINATÓRIO

De ordem do MM. Juiz de Direito, fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada para comparecer à perícia médica a ser realizada pelo perito, Dr. Luciano José, bem como audiência de tentativa de conciliação entre as partes, designada para o dia 08/05/2019, às 14:20 horas, na sala de audiências deste Juízo.

Em 09/04/2019

Carlos Harley de Freitas Teixeira

mat. 470.685-4

